



Número: **0800143-05.2018.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **06/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA NERIS BATISTA (AUTOR)	ALINE RODRIGUES GOMES (ADVOGADO) TARCISIO EWERTON PEREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12443 373	06/02/2018 14:18	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
12443 390	06/02/2018 14:18	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
12443 395	06/02/2018 14:18	<a href="#">Procuração e Declaração de Hipossuficiência</a>	Procuração
12443 402	06/02/2018 14:18	<a href="#">Dcoumentos Pessoais e Comprovante de Residência</a>	Documento de Identificação
12443 464	06/02/2018 14:18	<a href="#">Certidão dos Bombeiros e Boletim de Ocorrência</a>	Outros Documentos
12443 480	06/02/2018 14:18	<a href="#">Ficha de Atendimento Ambulatorial</a>	Outros Documentos
12443 490	06/02/2018 14:18	<a href="#">Documento e Declaração do Proprietário do Veículo</a>	Outros Documentos
12443 497	06/02/2018 14:18	<a href="#">Declaração Fisioterapeuta</a>	Outros Documentos
12443 514	06/02/2018 14:18	<a href="#">Cartão Bancário</a>	Outros Documentos
12443 531	06/02/2018 14:18	<a href="#">Autorização de Pagamento e Declaração de Ausência de IML</a>	Outros Documentos
12443 656	06/02/2018 14:18	<a href="#">Extrato Demonstrativo</a>	Outros Documentos
12891 181	17/03/2018 23:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18626 244	14/01/2019 12:08	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
19876 974	18/03/2019 22:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25320 333	15/10/2019 14:45	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
25320 647	15/10/2019 14:49	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
25466 862	21/10/2019 11:23	<a href="#">CÓPIA DA CARTA DE CITAÇÃO - QUE FORA ENTREGUE NO SETOR DE CORRESPONDÊNCIA DESTE FÓRUM</a>	Outros Documentos
25466 867	21/10/2019 11:23	<a href="#">0800143-05.2018.8.15.0301 - COP.CARTA CITAÇÃO - SEGURADORA LIDER</a>	Outros Documentos

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA DA COMARCA DE POMBAL – ESTADO DA PARAÍBA.**

**Prioridade de Tramitação**

**MARIA NERIS BATISTA**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 279.730 – 2ª Via - SSDS/PB, inscrita no CPF sob o nº 139.500.884-15, residente e domiciliada na Rua Teodosio Oliveira Ledo, nº 1005, Bairro Jardim Santa Rosa da Cidade de Pombal – PB, por seus advogados que esta subscrevem consoante se infere do instrumento procuratório adiante acostado, vem respeitosamente à presença de V. Exa. com fulcro nas leis 1.060/50 e 6.194/74, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO –  
DPVAT**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu departamento jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031.205, pelas razões de fato e direto a seguir articuladas:

**I – DA JUSTIÇA GRATUITA:**

Inicialmente, a parte por se adequar nas hipóteses da LAJ, requer a Vossa Excelência que sejam deferidos os benefícios da Justiça Gratuita, com fulcro

Rua Domingos de Medeiros, nº. 115, Centro-  
Pombal - PB - CEP.: 58.840-000  
[83] 99900 0530 – (83) 99936 7717  
t.ewerton@hotmail.com  
alinegomes152@hotmail.com

1



artigo 98 e seguintes do CPC e na Lei 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei 7.150/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

## **II – DA PRIORIDADE PROCESSUAL:**

---

A requerente nasceu no dia 12 de janeiro de 1948, contando com **70 (setenta) anos de idade** quando do ajuizamento da presente ação (conforme documento de identificação em anexo).

Neste caso, por tratar-se de uma relação envolvendo pessoa idosa, tem direito a prioridade de tramitação, regendo-se pelas disposições do artigo 1048 do Código de Processo Civil, e, de igual modo, pela Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

É o que destaca o artigo 71 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso):

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

Logo, requer a concessão da garantia de prioridade de tramitação na presente demanda.

## **III – DOS FATOS:**

---



Ocorre que, no dia **15/10/2017**, quando trafegava pela cidade de Pombal - PB, a requerente foi vítima de sinistro de trânsito, que lhe ocasionou **TRAUMATISMO DE OMBRO E TORNOZELO DIREITOS**, conforme o Boletim de Ocorrência Policial da Delegacia Civil de Pombal - PB.

A autora foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital Regional de Pombal, **sendo submetida a tratamento fisioterapêutico**, tendo ficado incapacitada para suas ocupações habituais. **(Cópia do prontuário médico e da ficha de atendimento do hospital anexo).**

A promovente, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT e de posse da documentação exigida em Lei, postulou junto à requerida o recebimento da indenização e após procedimento administrativo demasiadamente burocrático, **recebeu apenas a quantia de R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, referente à natureza invalidez conforme extrato demonstrativo que segue incluso.

Resta claro e evidente, Excelência, o pagamento a menor do devido seguro, pois o valor indenizado está muito aquém do estabelecido em Lei e sem qualquer justificativa, porquanto a seguradora não disponibilizou o acesso ao processo administrativo e nem a perícia que foi realizada.

Cumprе ressaltar que o valor recebido administrativamente **NÃO FOI ATUALIZADO**, onde deveria ter sido corrigido pelos índices legais e com juros de mora de 1,0% a contar da data do sinistro, como determina a legislação vigente.

Logo, nos leva a concluir pelas sequelas permanentes da mesma, em face do prejuízo e do constrangimento, frustração e desamparo e diante da obrigação de pagar e da má-fé da seguradora conveniada ao consórcio DPVAT, não restou alternativa a demandante, senão pleitear seu direito na via judicial.

#### **IV – DO DIREITO:**

---

Rua Domingos de Medeiros, nº. 115, Centro-  
Pombal - PB - CEP.: 58.840-000  
[83] 99900 0530 - (83) 99936 7717  
t.ewerton@hotmail.com  
alinegomes152@hotmail.com

3



A Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nº 8.441/92, nº 11.482/07 e 11.945/09 dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Em conformidade com o artigo 3º da citada Lei, danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos o que nos diz este artigo:

**Art. 3º.** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso).**

A parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, entretanto, teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de **R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, referente à natureza invalidez, restando à diferença que ora pleiteia, já que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)** para **Perda completa da mobilidade de um dos ombros e Perda completa da mobilidade de um dos tornozelos**, que são os casos da parte demandante.



Denota-se, portanto, que a demandante não recebeu o valor devido, qual seja: o equivalente a **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)** com relação a invalidez, nos termos da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, devendo ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

Salienta-se que a requerente faz jus aos valores das **Perda completa da mobilidade de um dos ombros e Perda completa da mobilidade de um dos tornozelos**, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o **nexo causal entre o acidente e as lesões permanentes**, pois conforme o Art. 5º da Lei 6.194/74, não há que se discutir acerca da culpabilidade da vítima no evento danoso, devendo-se reconhecer a responsabilidade objetiva, visto que o pagamento da indenização do seguro obrigatório se satisfaz diante da comprovação do acidente e do nexo causal, independentemente da aferição de culpa pelo sinistro, senão vejamos:

Art. 5º. <b><u>O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente</u></b> , independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso).
---

Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente, a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor.

Logo, não cabe à demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexo causal e direito da parte autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder da demandada.



Ainda sobre o direito da requerente, a jurisprudência dominante, seguindo orientação do STJ, orienta que em havendo debilidade permanente no segurado, cabe a este o direito de receber da seguradora **a indenização, desde que haja a comprovação do acidente e seja configurado o caráter permanente das lesões sofridas, não havendo necessidade de comprovação de pagamento do DUT, tão pouco de graduação da debilidade**, senão vejamos:

**“A lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência.**

**A jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização** (TJDF – 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, ACJ n. 2001.01.1.095419-9, Relator Juiz Benito Augusto Tiezzi, julgado em 08/05/2002)”. (2º JEC, COMARCA DE JOÃO PESSOA, PROCESSO DE Nº 200.2005.008.340 – 7) (no mesmo sentido: processo nº 200.2005.060.373 – 3, 1º JEC, Comarca João Pessoa). (Grifo nosso).

#### **V – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA:**

---

No caso em tela temos que a relação entre a seguradora e a destinatária final da indenização do seguro DPVAT caracteriza-se como uma relação de consumo, já que estão presentes todos os elementos subjetivos e objetivos da relação, descritos nos art. 2º e 3º do CDC.

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

**Art. 6º.** São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;





Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos **com a inversão do ônus da prova**. Trata-se do Princípio da Isonomia, pois o consumidor é a parte mais fraca e vulnerável na relação de consumo, devendo ser tratado de forma diferenciada, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os participantes da relação de consumo.

**Assim, visando a economia processual, requer, desde já, o deferimento do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a PROMOVIDA seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, vez que toda documentação aludida ao processo ficou retida com a seguradora.**

#### **VI - DA JURISPRUDÊNCIA:**

---

A legislação do seguro obrigatório não faz qualquer diferenciação entre invalidez total ou parcial. Tal lei apenas exige, para que o lesionado faça jus ao recebimento da indenização, em seu limite máximo, que a invalidez tenha sido permanente. Destarte, ainda que se trate de invalidez parcial, desde que seja permanente, o lesionado tem direito ao recebimento integral da indenização, conforme artigo 3º inciso II, da Lei 6.194/74, já que esta não faz distinção quanto ao alcance da invalidez.

**Demonstrado está o direito do autor em receber o valor de indenização de seguro obrigatório que culminou em debilidades permanentes, restando à requerida o dever de efetuar o seu pagamento, devidamente corrigido desde a data do fato.**

Ademais, a jurisprudência se posiciona no sentido de que:

**“Não há, para efeito de pagamento da indenização, obrigatoriedade da apresentação do laudo do Instituto Médico Legal quantificando as lesões sofridas pelo**



segurado. Isto, aliás, fica evidenciado no § 1º do Art. 5º da Lei do DPVAT que exige, para o pagamento do seguro obrigatório, apenas registro policial do sinistro e, conseqüentemente, prova dos danos pessoais sofridos”. (RT 54025-2). (grifo nosso).

Por fim, a parte autora, não encontrando outra forma de solucionar o litígio, vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

## **VII - DOS PEDIDOS:**

---

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

a) Que seja deferida a **inversão do ônus probandi em face da hipossuficiência da parte promotente** e com base na economia processual, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo relativo ao seguro obrigatório DPVAT da parte autora, vez que toda documentação aludida àquele processo ficou, sem que esta concedesse o acesso às informações ali contidas, uma vez que pode auxiliar no deslinde da demanda de modo mais célere, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos relatados na inicial.

b) A **citação da promovida**, através de AR (Correios), no endereço retro declinado, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.

c) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, para condenar a promovida a pagar a quantia que corresponde à **diferença** entre o valor legal de R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais) e o montante pago até o momento, referente ao seguro DPVAT, o que totaliza o valor de **R\$ 5.062,50,00 (Cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** face a invalidez permanente sofrida pela parte autora adquirida através de sinistro de acidente de trânsito,



devidamente corrigida e com juros de mora desde a data do sinistro **(15/10/2017)**, conforme entendimento dos Tribunais Superiores e conforme farta documentação acostada;

d) Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas e despesas processuais;

e) Requer seja deferido o benefício da justiça gratuita, por ser a parte demandante pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família (Artigo 98 e seguintes do CPC e Lei 1.060/50);

f) Que a autora seja submetida **A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL**;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, depoimentos pessoal das partes, sem prejuízos das demais possíveis.

Dá-se a presente, o valor de R\$ 5.062,50 (Cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para efeitos fiscais.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

Pombal - PB, 06 de fevereiro de 2018.

---

**TARCÍSIO EWERTON PEREIRA OLIVEIRA**  
**OAB/PB nº 19.975**

Rua Domingos de Medeiros, nº. 115, Centro-  
Pombal - PB - CEP.: 58.840-000  
[83] 99900 0530 - (83) 99936 7717  
t.ewerton@hotmail.com  
alinegomes152@hotmail.com

9



---

**ALINE RODRIGUES GOMES OLIVEIRA**  
**OAB/PB nº 20.768**

Rua Domingos de Medeiros, nº. 115, Centro-  
Pombal - PB - CEP.: 58.840-000  
[83] 99900 0530 - (83) 99936 7717  
t.ewerton@hotmail.com  
alinegomes152@hotmail.com

10



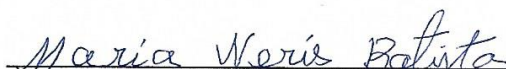
## PROCURAÇÃO

Outorgante: **MARIA NERIS BATISTA**, brasileiro, viúva, aposentada, portadora do RG nº 279.730 – 2ª Via - SSDS/PB, inscrita no CPF sob o nº 139.500.884-15, residente e domiciliada na Rua Teodosio Oliveira Ledo, nº 1005, Bairro Jardim Santa Rosa da Cidade de Pombal – PB.

Outorgados: **BEL. TARCÍSIO EWERTON PEREIRA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 19.975, Seccional da Paraíba e a **BELA. ALINE RODRIGUES GOMES OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 20.768, Seccional da Paraíba, ambos com endereço profissional na Rua Domingos de Medeiros, nº 115, Empresarial Thaíla Vitória, Centro, CEP: 58.840.000, Pombal, Estado da Paraíba.

**PODERES:** Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere aos **OUTORGADOS** os mais amplos e ilimitados para o foro em geral, perante qualquer juízo, instância, tribunal, ou fora deles, propor quaisquer ações, defendê-las que lhe forem propostas, representação igualmente válida perante autoridades administrativas e policiais, podendo promover quaisquer medidas preliminares, preventivas ou assecuratórias de seus direitos e interesses, inclusive os da cláusula “ad judícia” e outros, por mais especiais que sejam, para confessar, desistir, fazer acordos, prestar compromisso de inventariante, receber e dar quitação, receber e levantar alvará judicial ou guia de retirada, requerer falências, impetrar mandado de segurança, levantar depósito de qualquer natureza, transigir, praticar, enfim, todos os atos em direito admitidos e que julgar necessário ao bom e fiel desempenho na defesa dos interesses do(a) outorgante, independentemente, da ordem de colocação dos nomes, conjunta ou separadamente, podendo também substabelecer no todo ou em parte, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

**POMBAL - PB, em 10 de abril de 2017.**



**MARIA NERIS BATISTA**



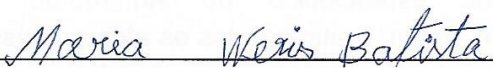
### **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

Eu, **MARIA NERIS BATISTA**, brasileiro, viúva, aposentada, portadora do RG nº 279.730 – 2ª Via - SSDS/PB, inscrita no CPF sob o nº 139.500.884-15, residente e domiciliada na Rua Teodosio Oliveira Ledo, nº 1005, Bairro Jardim Santa Rosa da Cidade de Pombal – PB, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos do Artigo 98 e seguintes do CPC e da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da aceção.

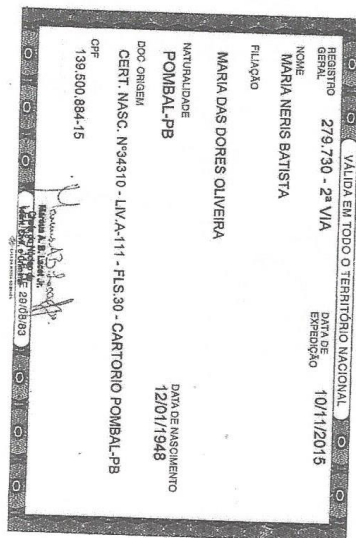
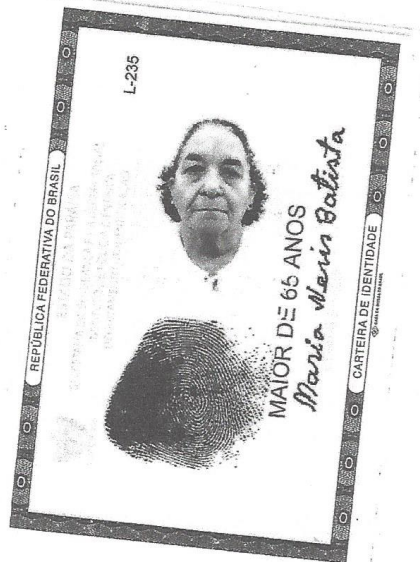
Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

**POMBAL - PB, em 10 de abril de 2017.**

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA NERIS BATISTA**







MARIA NERIS BATISTA  
RUA TEODOSIO OLIVEIRA LEDO, 1005 - JO. STA ROSA  
POMBAL / PE - CEP: 56940000 (AG: 227)  
Emissão: 09/12/2017 Referência: Dez / 2017  
Classe/Sucesso: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230 Km26 - Cota Redentor - João Pessoa / PB - CEP 59071-880  
Roteiro: 2 - 227 - 30 - 6120 Nº medidor: 00305234485



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 08.035.163/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000.090.449  
Cód. para Dth. Automática: 00000123646

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Dez / 2017	06/12/2017	05/01/2018	13950088415

UC (Unidade Consumidora): 5/12364-6

#### Canal de contato

Diversão com segurança é o que as crianças devem aprender. Nunca empine pipas perto dos fios da rede elétrica e não as retire caso fiquem pregadas na rede. É nada de usar fios metálicos para empinar pipas. Com segurança, não se brinca.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
07/11/17	6188	08/12/17	6255	1	67	29

Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/	Valor Base Calc.	Alig. ICMS(R\$)	Base Calc. Pis(R\$)
					ICMS(R\$)	Pis(Cofins(R\$))
						(0,8398%) (2,7265%)
0801	Consumo em kWh	67,000	0,701980	61,08	61,08	25
0801	Adic. B. Vermelha	5,88		5,88	25	1,41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA	6,80		0,00	0,00	0,00
0801	DOAÇÃO-HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO 12/2017	6,00		0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	78,52	68,72	16,89	68,72	0,53	2,48
-----	---------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh) 81 **VENCIMENTO 01/01/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 78,52**

#### Histórico de Consumo (kWh)

103	73	73	64	68	81	73	72	104	93	87	85
Nov/17	Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16

#### RESERVADO AO FISCO

a530.535b.1010.d2b9.b20f.f473.e111.dd90.

#### Indicadores de Qualidade 10/2017-Pombal

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	3,87	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	11,82		220
DIC ANUAL	23,64		
FIC MENSAL	3,42	1,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	6,85		202
FIC ANUAL	13,70		231
DMC	3,46	0,00	LIMITE SUPERIOR
DCRI	12,22		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energisa/PB	18,67	21,81
Compra de Energia	22,75	28,97
Serviço de Transmissão	2,61	3,32
Encargos Setoriais	4,70	5,99
Impostos Diretos e Encargos	28,49	36,34
Outros Serviços	5,00	6,37
<b>Total</b>	<b>78,62</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 10/2017) R\$ 19,25

#### ATENÇÃO

Contato Serviço: HOSP. NAPOLEÃO LAUREANO - (83) 3506-2771  
- O cancelamento da cobrança do convênio e a emissão da fatura sem estas cobranças podem ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.

#### Faturas em atraso

energisa PARAIBA  
Roteiro: 2 - 227 - 30 - 6120  
Matrícula: 12364-2017-12-3

**VENCIMENTO 01/01/2018**

**TOTAL A PAGAR R\$ 78,52**

83650000000-2 78520054000-9 00123642017-8 12300227019-7







**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
3º COMANDO REGIONAL BOMBEIROS MILITAR  
6º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR  
2ª COMPANHIA DE BOMBEIRO MILITAR  
GABINETE DO COMANDANTE  
BM - 3**

VISTO  
Everson Caldas da Cruz  
Comandante do CBM/6ºBBM  
Mat.: 524.357-2

**CERTIDÃO COMPROBATÓRIA – Nº 024/2017**

Certificamos para os fins a que se destina, que aproximadamente às 09h05min do dia 15 de outubro do ano de dois mil e dezessete, a guarnição de Auto Resgate desta Unidade do Corpo de Bombeiros Militar deslocou-se para atender uma ocorrência tipo queda de moto, ocorrido em via pública, no bairro das Carvalhadas próximo a Subestação da Energisa.

**MOVIMENTO DO SOCORRO:** Hora do aviso: 09h05min#####

**RELATO DO EVENTO:** Chegando ao local solicitado, a Guarnição de Resgate dos Bombeiros se deparou com a vítima, a Senhora **MARIA NERIS BATISTA**, em decúbito dorsal em local distante da queda. Queixava-se de dores no ombro. A vítima foi estabilizada e conduzida ao Hospital Regional de Pombal, ficando a mesma aos cuidados do médico plantonista.  
#####

**VITIMAS FATAIS:** NÃO HOUVE#####

**SOCORRISTAS:** SD 527.439-7 **ALISSON RENAN SILVA DE MENEZES**  
SD 526.065-5 **LEANDRO GALDINO AMORIM**

**SOLICITANTE DA CERTIDÃO:** **TARCÍSIO EWERTON PEREIRA OLIVEIRA** –  
RG: 2858545 SSP/PB.

Pombal, 30 de outubro de 2017.

Jardel Alves Leite 1º TEN QOBM  
Matr.: 525.954-1  
**ANTÔNIO ANDERSON LUCENA** – 2º TEN QOBM  
Chefe da B/3 da 2ªCBM/6ºBBM



**GOVERNO  
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - 3º Comando Regional - 6º Batalhão - 2ª Companhia  
Rua Antônio Ferreira, S/N, Centro, 58840-000 - Pombal-PB  
Fone: (83) 3431-3548 - email: bombeiros.pombal@gmail.com





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
1ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE POMBAL  
Rua Prof. Newton Seixas, Sn, Boa Esperança / Fone (83) 3431-2206

**BOLETIM DE Ocorrência Nº 904/2017**

Versando sobre: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Data do fato: **15/10/2017** – Horário: **10h 00min**

Local do ocorrido: **via pública, proximo a Carvalhada, Pombal/PB**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **28/12/2017 – 14h 57min**

GOVERNO DA PARAÍBA  
1ª DELEGACIA DISTRITAL  
DE POLÍCIA CIVIL DE POMBAL  
1º E 2º DD

**COMUNICANTE:** MARIA NERIS BATISTA, alcunha //; **Filiação:** Maria das Dores Oliveira;  
**Profissão:** aposentada; **Estado Civil:** viuva; **Naturalidade:** Pombal - PB; **Nacionalidade:** brasileira; **Data de Nascimento:** 12/01/1948; **Endereço Residencial:** Rua Teodosio de Oliveira Ledo, 1005, Pombal - PB; **Endereço Profissional:** \*\*; **Telefone** ; **Portador da CI/RG nº:** 279.730 - SSP/PB.

**HISTÓRICO:** Que afirma o comunicante que no dia, hora e local acima referenciados conduzia o veículo HONDA BIZ, placa QFN5770/PB, NIV 9C2JC7000HR00988, cor VERMELHA, ano 2017, licenciado (a) em nome de FRANCISCA ARIANA BATISTA ALVES, quando caiu ao chão devido a uma derrapagem do pneu dianteiro; Que fora socorrido(a) por/pelo Corpo de Bombeiro e levado (a) para o hospital local; Que devido ao acidente teve a(s) seguinte(s) lesão(ões): fraturas na perna, pé, tornozelo e ombro; Que apresenta como testemunha deste fato: Plabo Gil da Silva Nascimento, residente no(a) Rua Teodosio de Oliveira Ledo, 1001, Pombal e Janailton Sousa Silva, residente no(a) Rua Teodosio de Oliveira Ledo, 116, Pombal/PB; Que vem comunicar o fato para fins de direito.

Pombal - PB, 28 de dezembro de 2017.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. Jose Aroldo Assis de Queiroga

GOVERNO DA PARAÍBA  
1ª DELEGACIA DISTRITAL  
DE POLÍCIA CIVIL DE POMBAL  
1º E 2º DD

COMUNICANTE: Maria Neris Batista

Testemunha: Plabo Gil da Silva Nascimento

Testemunha: Janailton de Sousa Silva

Heromar P. Trigueiro  
Escrivão de Polícia

156597-9





GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
**HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL**  
**"SENADOR RUI CARNEIRO"**



**FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

CODIGO DA UNIDADE: 000734/0 CNPJ/CPT: 08.778.268/0004-03

☒ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

LEITO: \_\_\_\_\_

FERMARIA: \_\_\_\_\_

IENTE: \_\_\_\_\_

ME: MARIA NERIS BATISTA DATA DE NASCIMENTO: 12/01/48 IDADE: 69 SEXO: M

R: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: ADOLESCENTE

ME DA MÃE: MARIA DAS DORES OLIVEIRA RG/CNH: 279.730.

RTÃO DO SUS: 704 2072 7063 0050

JNICÍPIO: POMBAL ENDEREÇO: R. TEODOSTO DE OLIVEIRA 2 ED

TADO: PB CEP: 58.840.000 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ DATA DE ATEND.: 15/10/17

MAIS VITAIS:

V: \_\_\_\_\_ SPO: \_\_\_\_\_ FC: \_\_\_\_\_ R: \_\_\_\_\_ HGT: \_\_\_\_\_

PESO: \_\_\_\_\_ GESTANTE: ( ) SIM ( ) NÃO SE SIM, SEMANAS: \_\_\_\_\_

JEIXAS: \_\_\_\_\_

EDICAÇÃO EM USO: \_\_\_\_\_

ÉRGICO: ( ) SIM ( ) NÃO SE SIM, AO QUE: \_\_\_\_\_

NAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

PAU-RE VITIMA K QUOTA 2 MORTA MZ 2

MORTA COM 20A EM QUANTO E MZ (D)

DO EXAME MZ, CORTA E LIMITADO 2 174 K

MZ (D)

XAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: RA 04310 / RA 172

RESULTADOS: Exatidão x marcado 107. +

RESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

1° 1.100 507 1A 17

2° 704 3074

3° 70614

4° \_\_\_\_\_

5° \_\_\_\_\_

6° \_\_\_\_\_

7° \_\_\_\_\_

8° \_\_\_\_\_

9° \_\_\_\_\_

10° \_\_\_\_\_

11° \_\_\_\_\_

12° \_\_\_\_\_

13° \_\_\_\_\_

14° \_\_\_\_\_

15° \_\_\_\_\_

16° \_\_\_\_\_

17° \_\_\_\_\_

Dr. Tullio Alberto  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PE 23411 / CRM-PB 9284



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
**HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL**  
**"SENADOR RUI CARNEIRO"**



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID:

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

ASS./COREN:

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
- ☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
- ☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
- ☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
- ☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
- ☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
- ☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
- ☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
- ☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
- ☐ 2 - APLICADA

- ☐ OBSERVAÇÃO
- ☐ OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ RESIDÊNCIA
- ☐ ÓBITO

- ☐ INTERNAÇÃO
- ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
03010604000	2	2	2	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO







### Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, FRANCISCA ARIANA BATISTA ALVES,  
RG nº 2911290, data de expedição 02/10/2001, Órgão SSP/PB,  
portador do CPF nº 048.548.154-50, com Domicílio na  
cidade de POMBAL, no Estado de PARAIBA, onde  
resido na (Rua/Avenida/Estrada) RUA EDUARDO OLIVEIRA LEO,  
nº 1005, complemento, JD SANTA ROSA, declaro, sob as penas da Lei, que  
o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente  
ocorrido com a vítima MARIA NERLI BATISTA,  
cujo o condutor era MARIA NERLI BATISTA.

Veículo: MOTONETA  
Ano: 2017  
Modelo: BIZ 110 I  
Placa: QFN 5704/PB  
Chassi: 9C2JC7000HR500988  
Data do acidente: 15/10/2017

Local e data: POMBAL-PB, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

X Francisca Ariana Batista Alves  
Assinatura do Declarante Proprietário  
(Assinar e Reconhecer a Firma por autenticidade)



Joana D'Arc E. de Queiroga  
Tabeliã Pública  
CPF: 675.687.694-53





**CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIO FORMA**

**DRA. LUCIENE BARBOSA DAMACENO**

**RUA: ODILON LOPES, 48, CENTRO.**

**POMBAL- PB FONE: (083)3431-2299**

### **Declaração**

Declaro para os devidos fins de direito que, **MARIA NERIS BATISTA**, vítima de acidente de moto, sofreu traumatismo de ombro e tornozelo direito. Apresenta limitação articular dos movimentos do ombro direito e déficit de força muscular do membro superior; apresenta edema de tornozelo direito e limitação dos movimentos, como também marcha claudicante, a mesma encontra-se em tratamento fisioterapêutico para recuperação funcional dos membros atingidos.

Pombal, 29 de janeiro 2018

  
Luciene Barbosa Damaceno,  
Fisioterapeuta  
CREFITO-1 Nº 6579 F  
CPF 283.932.731-53

**Dra. Luciene Barbosa Damaceno**

**-FISIOTERAPEUTA-**











**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do Beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 139.500.884-15 CPF da Vítima: 139.500.884-15 Nome completo da vítima: MARIA MERIS BATISTA

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL					
Nome completo	<u>MARIA MERIS BATISTA</u>		CPF titular da conta	<u>139.500.884-15</u>	
Endereço	<u>RUA TERDASIO OLIVEIRA LEO</u>		Profissão	<u>APOSENADA</u>	
Bairro	<u>PARQUE SANTA ROSA</u>	Cidade	<u>POMBAL</u>	Complemento	<u>-</u>
Estado	<u>PB</u>	CEP	<u>58.840-000</u>		
Email	<u>T.EWERTON@HOTMAIL.COM</u>		Telefone (DDD)	<u>(31) 94900.0530</u>	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS			
<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)			
<input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341)			
<input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)			
BANCO Nome: <u>BANCO DO BRASIL</u> NRO: <u>001</u>			
AGÊNCIA NRO: <u>0521</u> D/V: <u>5</u>	CONTA NRO: <u>5366</u> D/V: <u>X</u>		
(Informar dígito se existir)			

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

POMBAL - PB, 26 de DEZEMBRO de 2017  
Local e Data

Maria Meris Batista  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

\_\_\_\_\_  
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

## INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interdita com curador** - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima MARIA NERIS BATISTA CPF da Vítima 139.500.884-15 Data do Acidente 15/10/2017

## REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

## Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Bomrei - PB, 26 de DEZEMBRO de 2017  
Local e Data

x Maria Neris Batista  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

\_\_\_\_\_  
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

NAI 1.001 1003/2017



## SINISTRO 3180034977 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** MARIA NERIS BATISTA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** MARIA NERIS BATISTA

**CPF/CNPJ:** 13950088415

### Posição em 05-02-2018 21:24:09

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/02/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Mista de Pombal**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800143-05.2018.8.15.0301

**DESPACHO**

Vistos etc.

Defiro a gratuidade processual.

Antes de dar prosseguimento ao presente feito, certifique-se a Escrivania, mediante consulta no sistema STI e PJE, se há processo contendo a mesma causa de pedir (mesmo acidente) e com o mesmo pedido em trâmite ou arquivado relativo ao Seguro DPVAT.

Cumpra-se.

POMBAL, 5 de março de 2018.

Juiz(a) de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
3ªVARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

**PROCEDIMENTO COMUM (7)**

PROCESSO: Nº 0800143-05.2018.8.15.0301

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, pesquisando processos ATIVOS e BAIXADOS, no Sistema STI e PJE do TJPB, constatei que existe apenas o presente feito em trâmite tendo como autor(a) **MARIA NERIS BATISTA** contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A**.  
Pombal, 14 de janeiro de 2019.

***WATSON HERICK RAMOS NOBRE***

Técnico Judiciário





Estado da Paraíba  
Poder Judiciário  
3ª Vara Mista de Pombal

**Processo nº:** 0800143-05.2018.8.15.0301  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Autor(a):** MARIA NERIS BATISTA  
**Ré(u):** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**DESPACHO**

*Vistos.*

DEFIRO a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

**DESIGNE-SE** audiência de conciliação **de acordo com a disponibilidade de pauta e do ajuste prévio com o perito(a)**, a realizar-se no Fórum Local desta Comarca, oportunidade em que será realizada perícia, conforme abaixo determinada.

**CITE-SE E INTIME-SE** a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do NCPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do NCPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139,



inciso VI, do NCPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder (Convênio nº 15/2014).

Para realização de perícia na parte autora, NOMEIO Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto CRM-PB 8679, fixando honorários de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de honorários periciais – cujo depósito pela promovida dar-se-á em momento posterior, estando ele já ciente da nomeação, data e horário da perícia

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos.

**INTIMEM-SE** a parte autora (***PESSOALMENTE***, ressaltando no mandado que sua presença é indispensável para a realização da perícia), e seu advogado, para comparecerem ao ato.

**Cópia deste despacho digitalmente assinado servirá como mandado de citação/intimação.**

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA** – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 5.062,50





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

PROCESSO: Nº 0800143-05.2018.8.15.0301

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, esta Secretaria designou a audiência de **TENTATIVA** de **CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** para o dia **26/11/2019 às 08:00hs**, na sala de audiência da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal. Pombal, 15 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**WATSON HERICK RAMOS NOBRE**

Técnico Judiciário







TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

PROCESSO: Nº 0800143-05.2018.8.15.0301

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, expedi intimação ao advogado da parte **autora**, para comparecer a audiência de **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:00hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista** da Comarca de **Pombal**. Autor(a) intimado(a) através de advogado, (CPC, art.334, §3º).

**ADVOGADOS:** Dr. TARCISIO EWERTON PEREIRA OLIVEIRA, OAB/PB-19.975  
Dra. ALINE RODRIGUES GOMES, OAB/PB-20.768

Pombal, 15 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**WATSON HERICK RAMOS NOBRE**

Técnico Judiciário



**EM ANEXO CÓPIA DA CARTA DE CITAÇÃO - QUE FORA ENTREGUE NO  
SETOR DE CORRESPONDÊNCIA DESTE FÓRUM**





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)****DESTINATÁRIO:**

Representante Legal da Empresa

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, Nº 74, 14º ANDAR, BAIRRO CENTRO, CEP: 20.031-205  
RIO DE JANEIRO-RJ**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA:

3ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone:(83)3431-2298

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

Processo nº 0800143-05.2018.8.15.0301

AUTOR: MARIA NERIS BATISTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO**

POMBAL-PB, 15 de outubro de 2019.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. José Emanuel da Silva e Sousa, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, POR MEIO DA PRESENTE, fica Vossa Senhoria através de seu representante legal, que poderá ser preposto habilitado com carta de preposição, devidamente **CITADO** e **INTIMADO**, para os termos da ação que lhe é movida pelo(a) autor(a) indicado(a) na epígrafe, devendo comparecer à Audiência de **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:00hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, localizada no Edifício do Fórum "Promotor de Justiça Francisco Nelson da Nóbrega", Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone/Fax: (83)3431-2298**. A audiência somente não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cabendo à parte ré, se for o caso, indicar seu desinteresse, por meio de petição, apresentada com 10 dias de antecedência, contados da data da audiência (CPC, art. 334<sup>1</sup>, § 5º). Ressalvada a hipótese de oportuna manifestação de desinteresse pela parte ré, ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da Justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10º). Realizada a audiência e não havendo autocomposição, o prazo de contestação, de 15 dias e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação. Em havendo manifestação oportuna de desinteresse da parte ré, o prazo de contestação, 15 dias, terá início a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (CPC, art. 335<sup>3</sup>, II). Se a parte ré não apresentar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão aceitos por verdadeiras as alegações da parte autora (CPC, art. 344<sup>2</sup>). **INTIMANDO-O, para efetuar o depósito dos honorários do perito, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), até 10 (dez) dias, após a data da realização da audiência, nos termos do Convênio 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça.**

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

17/10/2019

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documentoHTML.seam?ca=dd154e6e510a59330ecbf5badb6b038af...> 1/2

Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE - 21/10/2019 11:23:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102111233214700000024626499>

Número do documento: 19102111233214700000024626499

16/10/2019

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documentoHTML.seam?ca=dd154e6e510a59330ecbf5badb6b038af...>

Técnico Judiciário

<sup>1</sup>Art. 334 - Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4º - A audiência não será realizada:

Inciso I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

§ 5º - O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência;

§ 8º - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.;

§ 10º - A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

<sup>2</sup>Art. 344 - Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

<sup>3</sup>Art. 335 - O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I.

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: ID nº 1802061406028600000012163767, 19031822522361700000019338847, 19101514450723300000024488116**

1802061406028600000012163767, 19031822522361700000019338847, 19101514450723300000024488116



Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE

15/10/2019 15:21:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 25322658



19101515213263800000024490408

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documentoHTML.seam?ca=dd154e6e510a59330ecbf5badb6b038af...> 2/2



Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE - 21/10/2019 11:23:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102111233214700000024626499>

Número do documento: 19102111233214700000024626499